



Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

O Papel dos Povos Indígenas Durante a Invasão Holandesa

Andressa Ferreira Gomes

**Brasília
2º/2017**



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Andressa Ferreira Gomes

O Papel dos Povos Indígenas Durante a Invasão Holandesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção de grau de bacharel/licenciatura em História, sob a orientação do Prof.º Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról.

**Brasília
2º/2017**



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

O Papel dos Povos Indígenas Durante a Invasão Holandesa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueurol (Orientador)

Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa

Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História - Universidade de Brasília

Data da defesa: 08 de dezembro de 2017

Brasília

2º/2017

RESUMO: este trabalho aborda o período colonial holandês sob uma perspectiva indígena com o objetivo de expor as relações e alianças que se formaram nesse período entre os colonizadores e os aborígenes. Para isso são tratados aspectos relacionados à chefia indígena e suas implicações, bem como as relações internacionais que tiveram reflexo sobre o Brasil neste momento, as alianças formadas e suposições que justificariam esses acordos.

Palavras-chave: colonial, indígena, alianças, relações internacionais.

ABSTRACT: This work approaches the Dutch colonial period from an indigenous perspective with the aim of exposing the relations and alliances that were formed in this period between the settlers and the aborigines. In order to do so, we deal with aspects related to indigenous leadership and their implications, as well as the international relations that have reflected on Brazil at the moment, the formed alliances and assumptions that would justify these agreements.

Keywords: colonial, indigenous, alliances, international relations.

Sumário

Introdução	4
Capítulo 1. Os índios no primeiro século da colonização	5
Etnias indígenas	5
A natureza da chefia indígena	6
A natureza das guerras indígenas	7
A diversidade das relações entre colonos e indígenas	9
Escravidão indígena	10
Conflitos entre indígenas e portugueses	13
Capítulo 2. A invasão holandesa	14
A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais	14
As negociações em torno do Nordeste	15
A importância do tráfico de escravos para o Brasil holandês	22
Capítulo 3. Tomada de posições	23
Os índios aliados dos portugueses	23

Os índios aliados dos holandeses	24
Posicionamento indígena: ausência de livre-arbítrio e busca por sobrevivência	27
Conclusão	29
Bibliografia	30

Introdução

Neste trabalho procuro apresentar a teia de relações que envolvem autóctones, portugueses e holandeses durante a invasão holandesa que se dá entre 1630 e 1654. Procuro descrever as dinâmicas que cercam estas relações e as razões pelas quais elas se dão, sob uma perspectiva indígena.

Primeiramente, e de forma geral, relato as especificidades dos povos autóctones que habitavam o território brasileiro no período colonial, apresentando aspectos culturais e políticos destas sociedades. Prossigo apresentando as múltiplas relações entre esses povos e os invasores, abordando como efeitos desse contato; os conflitos e a escravidão indígena.

Abordo também as relações internacionais que desencadearam a invasão holandesa, bem como todos os eventos externos que repercutem em território brasileiro neste período até a expulsão dos holandeses, com foco nas negociações acerca do nordeste brasileiro entre espanhóis e holandeses, e mais tarde entre portugueses e holandeses.

Por fim, exponho as alianças que foram formadas neste período entre nativos e invasores, salientando as motivações para tais acontecimentos, suas consequências e as figuras de destaque que exerceram grande influência no que se refere a liderança indígena.

Com aporte teórico de Pierre Clastres associado a alguns relatos de Frei Manuel Calado e, principalmente, o diário de viagem de Pierre Moreau, juntamente com outras fontes importantes, com destaque para a obra de Evaldo Cabral de Melo, procuro trazer à tona a complexidade destas relações.

Capítulo 1 - Os índios no primeiro século da colonização

Etnias indígenas

O Brasil, ainda hoje, é um país rico em diversidade étnica. Porém, essa riqueza era abundantemente maior nos primórdios da colonização portuguesa, antes do genocídio provocado pela ação dos colonizadores. Nesse período existia uma grande quantidade de povos, com uma população que, na América do Sul, variava entre “[...]8,4 milhões de habitantes, segundo Alfred Kroeber, a 40 milhões segundo Paul Rivet.”¹.

Cada etnia possuía uma multiplicidade de comportamentos, crenças, formas de organização, línguas, etc. Porém, foram grosseiramente divididos, e assim compreendidos pelos colonizadores, como pertencentes a dois grandes grupos; os Tupis e os Tapuias.

Os Tupis, pertencentes ao tronco linguístico de mesmo nome, habitavam o litoral brasileiro e foram os primeiros nativos a manterem contato com os colonizadores. Estes povos viviam geralmente em pequenas aldeias e habitavam “[...]grandes casas coletivas, as malocas, dispostas em torno de uma praça central reservada à vida religiosa e ritual.”²

Um fato interessante sobre os Tupis seria a hegemonia dos costumes das tribos pertencentes a este grupo, onde “[...]tribos situadas a milhares de quilômetros umas das outras vivem do mesmo modo, praticam os mesmos ritos, falam a mesma língua. Um guarani do Paraguai se sentiria em terreno perfeitamente familiar entre os Tupi do Maranhão, distantes, entretanto 4 mil km.”³

Os Tapuias ou “[...]Cariris, apelido dado pelo inimigo tupi, kiriri, o calado, o silencioso, o taciturno.”⁴, pertenciam ao tronco linguístico macro-jê, habitavam o interior do território brasileiro e eram nômades. São reconhecidos pela personalidade *arredia* e

¹ CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2003, p. 100. Segundo Pierre Clastres, os cronistas costumavam ser muito generosos com relação ao número de indígenas, enquanto autores como Rosenblatt seriam muito econômicos quanto aos números. Porém, ambos utilizavam critérios arbitrários para chegarem às suas conclusões e não podem ser desmentidos, por conta da falta de evidências. Logo, os dados que se referem à população indígenas estão sujeitos a muitas dúvidas.

² Ibid., p. 104.

³ Ibid., p. 99.

⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

agressiva, chamavam a atenção pela sua força física, sua aptidão para a batalha⁵ e para o nado⁶.

A natureza da chefia indígena

A figura do líder nas sociedades ocidentais e indígenas, da América do Sul, apresentam significados completamente diferentes. Enquanto nas sociedades ocidentais a chefia se dá, muitas vezes, por meio do poder coercitivo, que explora o medo e punições, além de ser sinônimo de inúmeros privilégios, a chefia indígena tem natureza pacífica e aparece como expressão de doação, e de responsabilidades.

Em tempos de paz, o chefe indígena apresenta quatro especificidades. A primeira característica é sua função apaziguadora, pois o chefe é um mediador e um propagador da harmonia no grupo, porém não teria autoridade para forçar uma conciliação.

A segunda peculiaridade é a extrema generosidade do chefe que em algumas aldeias pode ser identificado pela simplicidade dos seus ornamentos, pois tudo o que lhe é pedido, é ofertado por ele. Em tempos difíceis o chefe deve inclusive ser o responsável pelo sustento da tribo que se instala em sua casa até que as coisas melhorem⁷. Essa generosidade está intrinsecamente ligada ao prestígio e ao poder atribuídos ao chefe, caso a generosidade seja negada à tribo, o chefe experimentará o desprestígio e a impotência⁸.

O terceiro sinal de chefia indígena é o dom da retórica, que também está associado ao poder político, o que muitas vezes é mais que uma característica e chega a ser uma exclusividade do chefe⁹. Seus discursos, respeitando a natureza de sua chefia, são pacíficos, e apesar de muito apreciados pelos índios, eles lhe parecem indiferentes durante a sua locução.

A quarta especificidade da chefia indígena, também considerada um privilégio, é a poliginia¹⁰, ou seja, o direito concedido a ele para se casar com várias mulheres simultaneamente. Em algumas sociedades esse privilégio não era concedido apenas ao chefe, mas também a alguns membros notáveis¹¹. A poliginia representa uma moeda de

⁵ HERCKMANS, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**. João Pessoa: União, 1911.

⁶ FILHO, Olavo de Medeiros. **Os Tarairiús, Extintos Tapuias do Nordeste**. Rio Grande do Norte: Fundação Ozelita Cascudo Rodrigues, 1988, p. 11.

⁷ CLASTRES, 2003, op. cit., p.

⁸ Ibid., p. 48.

⁹ Ibid., p.58.

¹⁰ Ibid., p. 49.

¹¹ Ibid., p. 53.

troca, pois enquanto um precioso bem é oferecido ao chefe, as mulheres da tribo, ele deve retribuir com seus bens e seu discurso¹².

Em tempos de guerra a chefia indígena se dá de maneira completamente diferente. Nestes casos “[...]o chefe dispõe de um poder considerável, às vezes mesmo absoluto, sobre o conjunto de guerreiros.”¹³ Porém, “Uma vez as coisas terminadas, e qualquer que seja o resultado do combate, o chefe guerreiro volta a ser um chefe sem poder, e em nenhuma hipótese o prestígio decorrente da vitória se transforma em autoridade.”¹⁴

No entanto até mesmo a permissão do exercício desse poder não era concedida tão facilmente, pois de acordo com a *lei* desta sociedade, o chefe está a serviço da tribo e não a tribo a serviço do chefe¹⁵. Logo, a guerra só se fazia caso a tribo julgasse necessário, pois se o chefe ia de encontro a guerra e a tribo em direção contrária, o chefe deixava de ser chefe e seria abandonado pela comunidade.

A natureza das guerras indígenas

A ausência do Estado nas sociedades primitivas não é uma falta, não é porque elas estão na infância da humanidade e porque são incompletas, ou porque não são suficientemente grandes, ou porque não são adultas, maiores, é simplesmente porque elas recusam o Estado em sentido amplo, o Estado definido em sua figura mínima, que é a relação de poder.¹⁶

De acordo com Pierre Clastres, “Todas ou quase todas as sociedades primitivas são guerreiras. Elas o são com mais ou menos intensidade[...]”¹⁷ O que será que move essa guerra constante? Para responder a essa pergunta é necessária a análise de dois traços, importantes, da *natureza* indígena: a sede de prestígio e a aversão ao Estado.

A guerra e o prestígio compõem um ciclo vicioso. O que gera a continuidade do ciclo é a rapidez com que os membros da tribo se esquecem dos grandes feitos dos guerreiros, ou seja, a velocidade com que se finda esse prestígio que não consegue ser mantido pela lembrança dos grandes feitos, mas só é renovado pela ocorrência de uma

¹² CLASTRES, 2003, op. cit., p. 55.

¹³ Ibid., p. 47.

¹⁴ Ibid., p. 225.

¹⁵ Ibid., loc. cit.

¹⁶ Ibid., p. 236.

¹⁷ Ibid., p. 251.

nova guerra¹⁸. O prestígio está ligado ao reconhecimento, a admiração e a valorização dessa circunstância pode ser compreendida pela excepcionalidade dessa condição no seio de uma sociedade tão homogênea.

A repulsa pela concepção do Estado detectada nestas sociedades pode ser percebida em várias posições tomadas por eles no que se refere ao impedimento dessa construção, para percebê-las é necessária a compreensão da relação entre crescimento populacional e concepção do Estado. Por conta disso há um controle demográfico para a manutenção do *primitivismo* dessas sociedades, pois sabe-se que uma grande densidade populacional poderá provocar a constituição do Estado, como nas sociedades Tupi-Guarani em que o aumento populacional permite o aumento da *autoridade* dos chefes¹⁹, o que sinaliza o início desse movimento. Para evitar estes acontecimentos as comunidades utilizam-se de controles populacionais como “[...]aborto, infanticídio, tabus sexuais, desmame tardio[...]”²⁰.

Outra ferramenta de controle demográfico é a fundação de novas tribos quando os componentes identificam um excedente populacional e decidem, mesmo sendo parentes, se reunirem formando um outro grupo, aliado, mas que compõe outra *sociedade*. Assim os impedimentos para a construção do Estado são mantidos.

Já a guerra não é feita exclusivamente para saciar a carência de prestígio, mas é, principalmente, um meio de impedir a união de sociedades, a constituição de um grande número populacional e consequentemente a formação do Estado. Neste caso há um esforço contínuo para a manutenção da autonomia das tribos e permanência das hostilidades, apesar da complexidade dessas relações que se dão em meio a tantas semelhanças, como o ocorrido entre os Tupi-Guarani que são “[...]tribos situadas a milhares de quilômetros umas das outras vivem do mesmo modo, praticam os mesmos ritos, falam a mesma língua. Um guarani do Paraguai se sentiria em terreno perfeitamente familiar entre os Tupi do Maranhão, distantes, entretanto 4 mil km.”²¹ Logo, “A guerra nas sociedades primitivas consiste antes de tudo em impedir o uno; o uno é primeiramente a unificação, ou seja, o Estado.”²²

¹⁸ CLASTRES, 2003, op. cit., p. 226.

¹⁹ Ibid., p. 233.

²⁰ Ibid., p. 97.

²¹ Ibid., p. 99.

²² Ibid., p. 252.

A diversidade das relações entre colonos e indígenas

As mudanças ocorridas por conta dos interesses econômicos dos colonos associados às reações indígenas, vão modificando a dinâmica das relações entre estrangeiros e nativos.

Os primeiros momentos da colonização portuguesa no Brasil são marcados pela curiosidade. Há os primeiros contatos com os indígenas e as primeiras impressões expressas na carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel I “[...]retratando os habitantes da terra como de boas feições, robustos, limpos e bem cuidados, gente inocente e confiante[...]”²³. Há também o reconhecimento da região litorânea com vistas as riquezas que poderiam ser extraídas dali. Logo avistaram a abundante presença de pau-brasil que marcou o primeiro ciclo econômico do lugar, denominado de feitorias, associado ao escambo. Verificou-se também a necessidade de mão-de-obra, portanto, recomendaram-lhes o estabelecimento de boas relações com os nativos. Neste momento o contato forasteiro – nativo era feito pelos lançados; “[...]degredados, desertores ou náufragos[...]”²⁴

Nesta fase a presença francesa garantia uma certa autonomia aos índios no que se refere à negociações e alianças. E, após perceberem o funcionamento das sociedades nativas, franceses e portugueses souberam utilizar a combatividade entre as tribos para realizarem alianças “[...]com tribos inimigas entre si.”²⁵

No que pode se chamar de “segunda situação”²⁶, ocorrida em meados do século XVI, a mudança de comportamento dos portugueses com relação aos indígenas dá outro tom à situação. Agora os nativos são demonizados e vistos como carentes de catequização e civilização. O contato com o índio agora se dá por meio dos missionários, responsáveis por essa conversão.

Nesse segundo momento Portugal procura se estabilizar como colônia, controlar o *gentio* e transformá-lo em súdito. Esse momento é marcado pela “*guerra de conquista da Costa do Pau-Brasil*[...]”, que tem a “[...]finalidade de submeter a população autóctone,

²³ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica**. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima, Org(s). **O Brasil Colonial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 206.

²⁴ Ibid. p. 178.

²⁵ CLASTRES, 2003, op. cit., p. 105.

²⁶ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 207.

ocupando os seus territórios e mobilizando o seu trabalho.”²⁷ Porém o desdobramento dessa situação não é simples e várias dificuldades são impostas aos portugueses pelas rebeliões indígenas, que causarão prejuízos, conflitos e mortes que marcarão as relações sociais na colônia.

As necessidades fundamentais da colônia, em especial a urgência de mão-de-obra e catequização, foram responsáveis pela transformação no trato com o *gentio*, fazendo-se necessária a criação de uma legislação e traçando uma separação importante no que se refere a essas populações que passaram a ser entendidas como amigas, que não poderiam ser escravizadas, e inimigas. Os índios inimigos ainda estavam divididos em dois grupos: “[...]os que aceitavam a conversão e se submetiam aos soberanos católicos, dos quais passavam a ser súditos; e os que persistiam na condição de “infieis” e deveriam ser combatidos, mortos ou escravizados.”²⁸

Vale ressaltar que a divisão entre índios amigos e inimigos não estava determinada por etnias, mas sim pela forma com que esta interação se dava, o que poderia gerar o estabelecimento de estereótipos ligados a determinadas etnias e tribos. Além disso, a caracterização de determinada tribo como inimiga poderia se dar apenas pelo interesse em escravizá-la, como argumenta Beatriz Perrone-Moisés quando aponta que “[...]inimigos foram construídos pelos colonizadores cobiçosos de obter braços escravos para as suas fazendas e indústrias.”²⁹

Escravidão indígena

Como um reino católico, Portugal deveria respeitar a “[...]bula papal *Veritas Ipsa*, promulgada por Paulo III, em 1537, que afirmava que as populações autóctones da América possuíam alma e que não deveriam ser objeto de maus-tratos ou escravização.”³⁰ Logo, deveriam justificar a exploração do trabalho indígena com algum fundamento religioso, adaptando sua legislação, que sofria contínuas mudanças, para este fim. Para isso fundamentaram a escravidão indígena como consequência de uma guerra justa, ou seja, um conflito, inevitavelmente, travado contra os infieis para submetê-los a catequização.

Além de salvaguardar a subjugação indígena, esta legislação tinha por objetivo o

²⁷ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 208.

²⁸ Ibid., p. 186.

²⁹ MOISÉS apud GARCIA. **Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial**. In: op. cit., p. 323.

³⁰ OLIVEIRA, 2015, op. cit., loc. cit.

controle de abusos praticados pelos colonos e como consequência buscavam “[...]desestimular novos levantamentos e revoltas por parte dos indígenas.”³¹ Tais leis demonstravam rigidez para com os colonos e poderiam punir “[...]sob pena de açoite[...]³² os moradores que recrutassem trabalho indígena de forma ilegal. Outra especificidade dos regimentos era a dureza recomendada ao trato dos indígenas inimigos “[...]que eram enquadrados no crime de traição[...]³³ e deveriam ser “[...]castigados com muito rigor (...) destruindo-lhes suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo”.³⁴ Os tupinambás eram pontualmente citados como sujeitos a estas punições em resposta aos seus levantes.

Nesta legislação estavam salvaguardados três meios de subjugação indígena: os resgates, os cativos e os descimentos.³⁵ O resgate, transformado em lei em 1587³⁶, se tratava de um sistema de compra e venda de índios que eram prisioneiros de outros índios, procedimento no qual indígenas e colonos estavam envolvidos. De acordo com o alvará de 1574³⁷ somente os índios de corda, ou seja, índios em vésperas de serem mortos, poderiam ser comprados. O valor desses índios era estabelecido pelo governador, que calculava o preço com base nos gastos obtidos durante a expedição de resgate³⁸, esta importância deveria ser devolvida pelos resgatados por meio de seu trabalho compulsório que, de acordo com a Carta Régia de 1611³⁹, poderia durar até dez anos, mas poderia ser estendido a depender dos valores gastos.

Para a surpresa dos colonos, ou não, nem todos os índios resgatados estavam satisfeitos com a sua situação e um deles chegou a confessar ao padre francês Yves d’Evreux, que viveu no Brasil entre 1613 e 1614, que preferia “[...]ter sido morto com as honras respectivas de um guerreiro.”⁴⁰ Do que viver como um escravo. Além disso o dilaceramento de famílias e tribos inteiras configurava mais uma violência aos indígenas, e havia uma grande distância entre a lei e a prática da mesma:

³¹ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 183.

³² Ibid., loc. cit.

³³ Ibid., loc. cit.

³⁴ Ibid., loc. cit.

³⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trado dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. 6ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁶ GARCIA, Elisa Frühauf. **Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial**. In: op. cit., p.322.

³⁷ ALENCASTRO, 2000, op. cit., p. 119.

³⁸ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 190.

³⁹ Ibid., loc. cit.

⁴⁰ EVREUX, Yves d’apud GARCIA, op. cit., p.322.

Com certos enganos e com algumas dádivas de roupas e ferramentas que davam aos principais e resgate pelos que tinham presos em corda para os comerem, abalavam aldeias inteiras e em chegando à vista do mar, apartavam os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos e ainda às vezes a mulher do marido, levando uns o capitão mameluco, outros os soldados, outros os armadores, outros os que impetraram a aliança, outros os que lha concedeu. Todos se serviam deles em suas fazendas e alguns os vendiam, porém com a declaração de que eram índios de consciência e que não lhes vendiam senão o serviço. Quem os comprava, pela primeira culpa ou fugida, os ferrava na face, dizendo que lhe custaram seu dinheiro e eram cativos.⁴¹

O cativeiro seria o local de aprisionamento de indígenas capturados durante uma guerra justa, a qual, de acordo com a lei de 1570⁴², deveria ser “[...]consentida e determinada pelas autoridades régias, por períodos limitados, contra certas etnias.”⁴³ Estes índios seriam aprisionados e escravizados enquanto vida tivessem, e para piorar a situação dos autóctones, na segunda metade do século XVII os jesuítas da Amazônia uniram os resgates e o cativeiro em um só para facilitarem a escravização⁴⁴.

Os descimentos eram deslocamentos de tribos indígenas para aldeamentos onde essa população seria supervisionada por missionários. Esses aldeamentos tinham por objetivo possibilitar a ampliação de fazendas e engenhos sobre as terras ocupadas pelas tribos. Outro objetivo dos descimentos era evitar a fuga do indígena, pois sua realocação em terras distantes impedia que eles pudessem retornar a sua antiga morada. Os aldeamentos, além de úteis para desocupar territórios importantes para os colonos, também oferecerão um grande número de trabalhadores e soldados que servirão no combate aos índios rebelados e aos invasores franceses.

A partir da junta de 1574⁴⁵ estabeleceu-se que os índios aldeados seriam livres, não poderiam ser escravizados e poderiam trabalhar para os colonos mediante recebimento de salário. Porém, “O sistema de uso do trabalho remunerado de índios forros funcionava com muita precariedade, havendo bastante dificuldade tanto para receber os pagamentos quanto para o pronto retorno dos indígenas às aldeias.”⁴⁶ Além disso, o ato de retirar os

⁴¹ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 192.

⁴² Ibid., p. 189.

⁴³ ALENCASTRO, 2000, op. cit., loc. cit.

⁴⁴ Ibid., loc. cit.

⁴⁵ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 188.

⁴⁶ Ibid., p. 191.

índios de suas tribos, seu local sagrado, configura um importante golpe contra sua dignidade, cultura, história e soberania. Como se não bastasse, estas tribos eram realocadas e dividiam o mesmo espaço que tribos de etnias completamente diferentes, muitas vezes viviam com seus rivais.

Conflitos entre indígenas e portugueses

Equivocam-se[...] as perspectivas dualistas que colocam os indígenas de uma vez para sempre diante do dilema de submeter-se ou resistir, de aceitar a aculturação ou de serem exterminados. Os tupinambás foram colocados em aldeias missionárias, configuraram a força de trabalho essencial para a economia colonial no século XVI, mas não deixaram de mobilizar-se em ações militares, em articulações políticas entre chefes e em movimentos religiosos.⁴⁷

Dito isso, as relações entre indígenas e portugueses não eram constantes, a fronteira que dividia tribos amigas de tribos inimigas era muito tênue, acordos satisfatórios ou uma nova legislação que causasse desagrado poderia transformar essas relações. Logo, o relacionamento entre autóctones e colonos é marcado pela inconstância.

Além disso, todas as violências as quais os índios foram expostos configuram motivos suficientes para justificar seus levantes. O próprio ato da invasão do território *brasileiro*, a escravidão, sua expulsão da terra, a aculturação que vai atingir severamente sua espiritualidade por meio da catequização que estabelece como condição inaceitável “[...]a continuidade de atuação dos pajés, [...] a poligamia e [...] a antropofagia.”⁴⁸ Configuram violências enormes contra a população autóctone e suas respostas a isso eram a fuga dos aldeamentos e as guerras. O primeiro levante ocorreu no Recôncavo em 1554⁴⁹ entre tupinambás e portugueses, e durou dois anos. O embate se deu porque os indígenas estariam atacando engenhos e fazendas⁵⁰ com o objetivo de recuperar seu território.

Já a capitania de Pernambuco ia bem por conta de sua aliança com os tabajaras. Porém após a fundação de Olinda, em 1535, em terras caetés, se iniciou um conflito que duraria quase vinte anos. E em 1555, em meio à uma revolta, os caetés submeteram a ritual antropofágico os naufragos de uma caravela portuguesa, dentre eles o ouvidor-geral

⁴⁷ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p.196.

⁴⁸ Ibid., p. 186.

⁴⁹ Ibid., p. 194.

⁵⁰ Ibid., loc. cit.

e o primeiro bispo do Brasil.⁵¹

Já em 1560 ocorria o levante dos tupiniquins, que antes estiveram ao lado dos portugueses contra outros índios, mas agora se rebelavam contra sua condição de aldeados, e por isso matam colonos e queimam todos os engenhos da capitania de Ilhéus.⁵² Houveram outros muitos embates entre indígenas e portugueses, e ainda que os conflitos terminasse com a derrota indígena, é importante perceber que a diminuição desta população seja em guerra ou em epidemias diminui a mão-de-obra que permite a continuidade da economia colonial antes da chegada dos escravos africanos. Além disso as rebeliões causam prejuízos imensos, mortes e insegurança e podem contribuir para o fracasso de uma capitania.

Capítulo 2 - A invasão holandesa

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais

O idealizador da Companhia das Índias Ocidentais, W.I.C., foi Willem Usselinx, um mercador e agente de casas comerciais de grande êxito nascido em 1567 na Antuérpia, Bélgica. Suas pretensões com a criação da Companhia eram: lucrar com a fundação de colônias e deslocar a guerra hispano-neerlandesa para o ultramar⁵³. Para colocar seu projeto em prática, Usselinx deu início, em 1590, a uma forte propaganda em favor da W.I.C. que atraiu interesses na Zelândia e em Amsterdã. Porém em 1607 a proposta perdeu força por conta de negociações de paz com a Espanha e oposições internas que previam enormes gastos com a criação da Companhia. Já no ano de 1609 o projeto de Usselinx sofre mais um golpe com o advento da Trégua dos Doze Anos⁵⁴ que impossibilitou, obviamente, a criação de uma Companhia que tinha por objetivo a tomada de territórios ultramarinos de posse espanhola.

Com o fim da Trégua em 1621, a queda de Oldenbarnevelt⁵⁵, o aumento da influência do partido pró-guerra e os contínuos esforços de Usselinx, foi criada em 3 de julho de 1621 “A sociedade dos comerciantes e particulares[...] chamada Companhia das

⁵¹ OLIVEIRA, 2015, op. cit., p. 197.

⁵² Ibid., p. 199.

⁵³ WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**: Um capítulo da história colonial do século XVII. 3ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

⁵⁴ A Trégua dos Doze anos foi firmada entre neerlandeses e espanhóis entre 1609 e 1621.

⁵⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil**. Capivara Editora, 2015. Johan van Oldenbarnevelt foi um diplomata e político holandês que se posicionou contrariamente à criação da W.I.C. Sua queda se deu por meio de um golpe de estado levado a cabo por Maurício de Nassau, que o destituiu e o prendeu.

Índias Ocidentais, a qual se dividiu em câmaras em cada boa cidade livre, cada uma com seus administradores próprios e tendo todas juntas por diretores gerais dezenove personagens dos mais opulentos, e como chefe honorário o Príncipe de Orange[...]”⁵⁶. A esta Companhia foi “[...]concedido um monopólio comercial por vinte e quatro anos, para a costa ocidental da África desde o trópico de Câncer até o Cabo da Boa Esperança, para a América do Norte e do Sul e igualmente para o Oceano Pacífico, a Leste da Nova Guiné.⁵⁷” Além disso, a Companhia poderia firmar alianças com os líderes nativos, construir fortes e nomear governantes e funcionários, em contrapartida o Estado deveria oferecer tropas. O controle e fiscalização da Companhia estavam divididos em cinco Câmaras localizadas em Amsterdã, Middelburgo, Maasquartier, Roterdã, Dordrecht e Delft⁵⁸. A direção geral da Companhia, o Conselho dos XIX, era composta pelos integrantes das Câmaras e um representante dos Altos Poderes, ao qual a companhia deveria prestar contas de forma mais aprofundada.⁵⁹

Com o fim da Trégua e a criação da W.I.C. a guerra com a Espanha volta, quase que naturalmente, à tona.

As negociações em torno do Nordeste

A partir do ano de 1630 o reino espanhol enfrenta um período especialmente crítico. Internamente há a bancarrota dos genoveses⁶⁰ e o fracasso do programa reformista de Olivares⁶¹. Externamente há a perda da frota da prata e o envolvimento na “[...]guerra de sucessão da Mântua⁶², na qual Madri interveio para barrar a influência francesa no norte da Itália[...]”⁶³, essa intervenção causou um desequilíbrio de forças entre Espanha e Países baixos, permitindo que os neerlandeses conseguissem romper as barreiras impostas pela Espanha na fronteira alemã. Além disso, essa intervenção acarretou na entrada da

⁵⁶ MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. **História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 24.

⁵⁷ WÄTJEN, 2004, op. cit., p. 78.

⁵⁸ Ibid., loc. Cit.

⁵⁹ Ibid., p. 79.

⁶⁰ SÁNCHEZ, Manuel Herrero. **La quiebra del Sistema Hispano-Genoves (1627-1700)**. 219ª edição. Espanha: Hispania, 2005. Os genoveses são importantes banqueiros e financiadores do reino espanhol, sua falência causa instabilidade econômica ao reino.

⁶¹ MELLO, 2015, op. cit., p. 25. O “conde-duque de Olivares, atraiu capitais do comércio com o Oriente para o ‘financiamento da máquina imperial castelhana’”

⁶² A guerra de sucessão da Mântua foi um conflito inserido na “Guerra dos Trinta Anos”, seu pontapé inicial se deu após a morte do governante dos ducados de Mântua e Monferrato que não deixou sucessores masculinos, o que levou a uma disputa sucessória entre França e Habsburgo, e seus apoiadores.

⁶³ MELLO, 2015, op. cit., p. 31.

França no conflito hispano-neerlandês ao lado dos Países Baixos, o que enfraqueceu a marinha espanhola que tinha a missão de retomar o controle do nordeste brasileiro⁶⁴.

Ciente da impossibilidade de reaver o território pernambucano pela luta armada, Felipe IV busca, no âmbito das negociações de Roosendaal, uma nova trégua com os neerlandeses. Em 1631, o monarca espanhol invoca a ajuda de Carlos I, rei da Inglaterra, porém a estratégia é frustrada quando a Espanha se nega a recompensar financeiramente aos Países Baixos em troca do território ocupado. Ainda no ano de 1631, final, o monarca espanhol propõe a trégua e a devolução da cidade de Breda⁶⁵ “[...]cuja posse era estrategicamente importante, dinasticamente valiosa, por nela se situarem os domínios patrimoniais da Casa de Orange, e simbolicamente significativa, pois sua conquista em 1625[...]constituía, no mesmo ano da retomada da Bahia, o momento culminante do reinado.”⁶⁶ Porém, os Países Baixos responderam negativamente à proposta, pois estimavam mais à Pernambuco que à Breda.

Mesmo após tentativas malsucedidas de trégua, a Espanha faz outra tentativa e agora propõe não somente pagar pela retomada de Pernambuco, como também aumenta a oferta de 300 para 500 mil cruzados. Entretanto, Frederico Henrique, príncipe de Orange, declina por considerar que a manutenção da posse de Pernambuco seria importante para a honra e dignidade dos Países Baixos.⁶⁷

Em 1633 Madri rompe ligações com os neerlandeses e rejeita considerar a trégua sem a restituição de Pernambuco. Em 1634 Felipe IV é orientado pelo Conselho de Estado Espanhol a oferecer 2 milhões de cruzados pela restituição de Pernambuco, conselho que o monarca acata a contragosto. Em contrapartida os Estados Gerais propõem que haja uma trégua, mas limitada ao território europeu, demonstrando que a W.I.C. não pretendia desistir das ofensivas aos territórios ultramarinos.⁶⁸

Enquanto isso, a situação se complicava no Brasil com a capitulação da Paraíba (1634), rendição dos principais fortes de Pernambuco (1635) e a retirada do “exército hispano-luso-brasileiro[...] do norte do São Francisco[...]”⁶⁹. Finalmente, em 1638, a armada do Conde da Torre segue para o nordeste brasileiro com o objetivo de vencer o inimigo neerlandês que já havia derrotado anteriormente as frotas de D. Antônio de

⁶⁴ MELLO, 2015, op. cit., p. 32.

⁶⁵ Cidade neerlandesa situada na província de Brabante do Norte.

⁶⁶ MELLO, 2015, op. cit., loc. cit.

⁶⁷ Ibid., loc. cit.

⁶⁸ Ibid., p. 37.

⁶⁹ Ibid., loc. cit.

Oquando e de D. Lope de Hoces. Além disso, o monarca espanhol concentrava suas esperanças também na resolução pacífica do conflito após a convocação do Congresso de Paz de Vestfália, o qual, esperava ele, deveria solucionar não só os conflitos do território brasileiro, como todos os outros que ocorriam no seio da Guerra dos Trinta Anos.

No entanto, o ano de 1640 não se mostrava próspero para o reino espanhol, muito pelo contrário, seria um dos anos mais críticos para o monarca Felipe IV por conta da Insurreição da Catalunha e a Independência de Portugal. Esses eventos provocaram tal grau de desespero que Felipe IV resolveu fazer outra oferta aos Países Baixos, propondo o reconhecimento do Brasil Holandês, as regiões que vão do Ceará ao São Francisco, se, em contrapartida, os neerlandeses e os franceses não apoiassem os movimentos de Lisboa e da Catalunha. A aflição era tanta que o monarca espanhol considerava até, em caso de necessidade extrema, abrir mão de todos os territórios ultramarinos conquistados pela W.I.C. e pela V.O.C.⁷⁰, se antecipando, a que segundo ele, seria a proposta que D. João IV faria aos neerlandeses.

Julgar que a Espanha sacrificou alegremente os interesses coloniais portugueses indica certa incompreensão acerca do caráter supranacional da monarquia espanhola, cujo poder na Europa achava-se gravemente estendido. Malgrado seus enormes recursos, era-lhe impossível guerrear nos Países Baixos, manter a supremacia na Itália, preservar o Mediterrâneo da ofensiva otomana e reprimir os descontentamentos que a luta incessante gerava em todas essas frentes. Como qualquer grande potência, Madri tinha “uma escala de prioridades imperiais[...]”⁷¹

A independência de Portugal traz mais um protagonista à essa teia de acontecimentos, o qual agora deve ser visto em sua individualidade como defensor de suas próprias causas e responsável por seus próprios conflitos. À primeira vista a situação de Portugal após a independência é de guerra fronteiriça contra a Espanha e perda da pouca proteção que obtinha por parte do reino espanhol. Porém foi um preço, considerado justo, pago pela libertação.

A partir da independência, o primeiro passo de D. João IV foi conseguir o apoio da Suécia, Dinamarca, França e Países Baixos, os quais possuíam assumidas rivalidades contra a Espanha. Essa aliança parecia sublime, a não ser pelo “problema” acerca da

⁷⁰ em holandês; Vereenigde Oost-Indische Compagnie, sigla VOC, que significa Companhia Neerlandesa das Índias Orientais.

⁷¹ MELLO, 2015, op. cit., loc. cit.

possessão ultramarina que antes assombrava as relações hispano-neerlandesas e agora são herdadas pelos portugueses.

O raciocínio português acerca da situação dos territórios ultramarino era simples; já que estes territórios haviam sido, anteriormente, injustamente apropriados pelos espanhóis e que depois disso foram novamente apropriados arbitrariamente pelos neerlandeses, o justo seria que, diante da nova situação, os territórios fossem devolvidos aos seus donos por direito, no caso os portugueses. Porém, uma análise mais realista da situação trouxe à tona conclusões importantes sobre a dificuldade de desistência da V.O.C. e da W.I.C. de seus investimentos ultramarinos que haviam custado tanto dinheiro. Além disso, os portugueses não queriam arriscar a perda do apoio neerlandês tão necessário diante dos conflitos que seriam travados contra a Espanha.

Em 1641, enquanto Haia desejava um acordo de paz com a devida renúncia por parte de Portugal de seus antigos territórios, Tristão de Mendonça, embaixador português, solicitava a devolução dos territórios ultramarinos por meio de compensação e também uma trégua de dez anos. Porém a devolução dos territórios foi rejeitada pelos neerlandeses, especialmente pelas Companhias. Por fim, o que ficou acertado durante a trégua de dez anos foi a continuidade das posições ultramarinas, enquanto os territórios espanhóis na América deveriam ser ocupados pela W.I.C. com direito a “partilha e troca” por parte dos envolvidos, já o produto dos saques deveria ser encaminhado à Coroa portuguesa.

Já com o tratado acertado, os Países Baixos alegam que ele só passaria a vigorar no ultramar após a chegada de um “comunicado oficial”⁷², o que ocorre no Brasil apenas em julho 1642, o que permitiu às Companhias a continuidade de sua expansão territorial com a anexação de Sergipe, São Paulo de Luanda, Benguela, as ilhas de Ano Bom e São Tomé, o forte de Axim na Guiné, e São Luís do Maranhão.⁷³

Apesar das vantagens que Portugal obteria com o tratado ele é encarado como capitulação pelos portugueses, o que acarreta em uma série de revoltas, inclusive incitadas pelo marquês de Montalvão, onde pessoas queimam vários canaviais no Brasil holandês. O marquês inclusive fez diversos contatos com Maurício de Nassau com o objetivo de lhe propor uma barganha onde Nassau “[...]promoveria a devolução do Nordeste à Coroa em troca da sua nomeação para comandante em chefe do exército português no Reino e

⁷² MELLO, 2015, op. cit., p. 44.

⁷³ Ibid., loc. cit.

de certas vantagens de natureza patrimonial.⁷⁴ O que não gerou resultados.

Dentre os motivos que geraram o descontentamento português para com o tratado está a não garantia do exercício pleno da fé católica, além do endividamento dos luso-brasileiros por conta da invasão destes territórios e também a aversão cultural aos *invasores*, como assumem os próprios holandeses que dizem: “[...]tão estranhos à nossa língua, aos nossos hábitos, às nossas leis e à nossa maneira de viver, têm por tudo isso tão grande aversão que há pouca esperança de que jamais uma sólida confiança se estabeleça entre vencedores e vencidos.”⁷⁵

A partir de 1642 rompem levantes nas regiões do Maranhão e de São Tomé que são menos sutis que os encabeçados por Montalvão, e pioram após a partida de Maurício de Nassau. D. João IV, por sua vez, não apoia os levantes, portanto, não rompe o tratado, nem desagrada aos portugueses favoráveis à manutenção da paz. Porém, secretamente incentiva as rebeliões. Enquanto isso, a Coroa portuguesa enfrentava problemas com os batavos fora do território brasileiro com várias violações ao tratado de paz por parte das Companhias.

Em 1645 há uma desaceleração discreta no que se refere às negociações em Haia, a estratégia agora era esperar pelo sucesso dos levantes orquestrado por Antônio Teles da Silva para retomar o nordeste. Como consequência da rebelião nasce uma desconfiança internacional acerca do envolvimento de D. João IV que se justifica a respeito do envio de tropas ao nordeste nesta ocasião: “[...]a intervenção do exército despachado a Pernambuco visava apenas subjugar os contingentes amotinados[...] e pacificar a população luso-brasileira[...].”⁷⁶ Para se redimir, D. João ordena que as tropas se retirem, porém elas se negam e os insurretos alegam uma guerra de usura, e ameaçam buscar auxílio de outro reino católico caso a Coroa portuguesa não os preste auxílio, por isso o reino português justifica a permanência de suas tropas alegando que “[...]a proteção de outro monarca, implicaria as Províncias Unidas em problemas com terceiras potências.”⁷⁷

Em 1646 Francisco Gomes de Abreu vai à Portugal como “procurador da Câmara e povo da capitania de Pernambuco”⁷⁸ para convencer a Coroa a *continuar* apoiando a insurreição. No mesmo período, a Junta do Estado Eclesiástico expôs um parecer

⁷⁴ Ibid., p. 48.

⁷⁵ TOLNER e NASSAU apud MELLO, 2015, op. cit., p. 50.

⁷⁶ MELLO, 2015, op. cit., p. 78.

⁷⁷ Ibid., p. 79.

⁷⁸ Ibid., p. 80.

favorável aos insurretos, alegando que a rendição significaria negligenciar fiéis católicos a calvinistas e também ressaltando que o rei devia apoio aos insurretos aos quais ele mesmo mandou que se rebelassem. Além disso a Junta aconselha a majestade a continuar simulando descontrol e não participação nas revoltas enquanto as financia. Por sua vez, o Conselho Ultramarino também revela apoio aos revoltosos, defendendo a permanência dos luso-brasileiros no nordeste.

Em 1646 é enviada, pelas Províncias Unidas, ajuda ao neerlandeses que habitam o nordeste brasileiro para livrá-los da fome, também são enviados 2 mil soldados⁷⁹ que não obtiveram grande sucesso em sua empreitada.

Em 1647 D. João muda de posição e decide apoiar, de forma mais despudorada, a insurreição como forma de pressionar os Estados Gerais, para isso nomeou como general Francisco Barreto de Menezes e o enviou, junto a uma frota de navios, para Salvador com o objetivo de controlar o levante sob as ordens do reino.

D. João também aproveitou a ocasião para se oferecer como conciliador no conflito e para isso exigiu ao holandeses que “[...]fosse concedida uma anistia geral que incluísse os cabeças da rebelião, o cancelamento das dívidas, o autogoverno da comunidade luso-brasileira e a plena liberdade do culto católico.”⁸⁰ Porém, a proposta não passa de uma estratégia, pois o monarca já previa a negativa neerlandês e esperava responder à essa negativa com uma proposta de compra do território.

De acordo com Gaspar Dias Ferreira a compra do Brasil holandês não deveria ultrapassar o valor de 3 milhões de cruzados, padre Antônio Vieira apoiava a oferta e ainda aconselhava o *investimento* de 400 ou 500 mil cruzados no suborno de dirigentes neerlandeses, dos quais Cornelis Musch seria peça indispensável.⁸¹

Enquanto isso o esgotamento de “[...]estoques de gêneros coloniais[...]”⁸², a queda do preço das ações e o fim dos lucros complicam a situação da Companhia das Índias Ocidentais por volta do ano de 1646.

Em 1647 as negociações no âmbito do tratado de Münster não se mostravam positivas para Portugal, começando pelo *veto* a sua participação, por parte da Espanha, limitando seus representantes a comparecerem na “[...]condição de membros de delegações aliadas, negociando, portanto, apenas através dos enviados de Luís

⁷⁹ MELLO, 2015, op. cit., p. 85.

⁸⁰ Ibid., loc. cit.

⁸¹ Ibid., p. 90.

⁸² Ibid., p. 86.

XIV[...]”⁸³. Além disso, a situação demonstra-se favorável para um acerto entre os Países Baixos e a Espanha, e há uma recusa neerlandesa em ajudar os portugueses durante o tratado, o que demonstra a posição *vingativa* adotada pelos holandeses por conta dos conflitos travados no Brasil holandês. Como consolo as negociações não previam um acerto entre França e Espanha.

Devido a precariedade da ajuda francesa e visando a estabilidade do reino, D. João IV tentará desesperadamente aumentar a oferta de compra do nordeste para que o conflito termine e que, por meio do intermédio dos Países Baixos, o reino português seja incluído no tratado de Münster ou em uma trégua.

Em resposta, em agosto de 1647, a Holanda aprova o envio de tropas ao Brasil, os Países Baixos aprovam o prosseguimento do acordo de paz com a Espanha e o envio de navios de guerra ao Brasil holandês. Rapidamente Sousa Coutinho oferece a devolução do território nordestino desde que os Países baixos promovam uma trégua luso-espanhola. Porém, neste ponto os holandeses não se satisfazem com a devolução desta região, mas almejam a guerra para que possam se apoderar do máximo de regiões possíveis.

Para evitar uma guerra contra os Países Baixos em várias frentes, Portugal ofereceu, em 15 de outubro de 1647, a entrega do nordeste sem mencionar o tratado de Münster e apenas solicitando “[...]que a WIC desocupasse Itaparica e que os Estados Gerais assinassem um acordo de paz com o Reino.”⁸⁴. Em resposta, comissários neerlandeses, encarregados do desenrolar do acordo, exigem a devolução do nordeste e o pagamento de 12,5 milhões de cruzados.

A partir deste ponto os Países Baixos, cientes de sua posição vantajosa, vão aumentando as exigências enquanto Portugal tenta se esquivar e ganhar tempo. Enquanto isso a França, aliada portuguesa, entra em guerra civil e deixa portugueses temerosos diante da possibilidade do enfraquecimento francês como potência europeia e concluem que a devolução do nordeste aos neerlandeses deve ser realizada o quanto antes.

Neste momento Portugal encontra-se sem esperanças de realizar um acordo vantajoso com os Países Baixos, seu trono continua instável por conta da ameaça espanhola, seu principal aliado está em guerra civil e suas posses ultramarinas correm grande risco.

Para a salvação portuguesa é deflagrada a guerra entre Inglaterra e Países Baixos, o que permite que os luso-brasileiros aproveitem a oportunidade e “Em 1652, a armada

⁸³ Ibid., p. 93.

⁸⁴ MELLO, 2015, op. cit., p. 114.

da Companhia Geral do Comércio singrou impunemente ao largo do Recife, camboiando navios do Reino para os insurretos; e o regresso da esquadra de Hauthain à metrópole desguarneceu a cidade, que capitulou em janeiro de 1654.”⁸⁵

A importância do tráfico de escravos para o Brasil holandês

*[...]estão de unânime acordo todas as notícias, a saber: que a cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco, capitania mais importante e rica do Brasil, nos séculos 16 e 17, estava em pleno florescimento, quando os Holandeses lançaram ferro diante de Olinda, em 1630. E foi justamente por esta razão[...]que os Senhores da Companhia volveram as suas vistas cobiçosas para esse frutuoso trato de terra na costa oriental da América do Sul.*⁸⁶

Antes de se apoderarem do território angolano, os holandeses adquiriam a mão-de-obra escrava, da qual necessitavam para viabilizar a produção de açúcar, por meio de várias estratégias como ataque à Guiné, em 1637⁸⁷, captura de negros encontrados nas capitanias subjugadas ou em navios negreiros portugueses capturados, e ainda assim o número de trabalhadores mostrava-se insuficiente para satisfazer as suas necessidades.

Porém, em 1641 com a tomada da África Ocidental Portuguesa, Angola, o problema de abastecimento de cativos foi resolvido. Além disso, a WIC passou a deter o monopólio sob a importação de escravos africanos, o que era altamente lucrativo, já que “[...]para a compra de um escravo, em Angola, bastavam mercadorias de troca no valor de 40 a 50 florins, e[...] esse mesmo escravo, cujo transporte bem pouco custava, encontrava no Brasil quem desse por ele 200 a 800 florins[...].”⁸⁸ Era esse comércio que, além de viabilizar a produção de açúcar no Brasil, também era a principal fonte de recursos para a manutenção do domínio da Nova Holanda. Logo, a manutenção do território angolano estava diretamente ligada a manutenção do território brasileiro.

No entanto, os portugueses, dos quais o território Angolano havia sido tomado anteriormente, também reconheciam que a posse desta terra era primordial e seria necessária para financiar o acordo com os holandeses pela devolução do Brasil, também

⁸⁵ MELLO, 2015, op. cit., p. 179.

⁸⁶ WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**: Um capítulo da história colonial do século XVII. 3ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004, p. 416.

⁸⁷ Ibid., p. 155.

⁸⁸ Ibid., p. 488.

para suprir a mão-de-obra de seus engenhos de açúcar, produto extremamente importante para a metrópole portuguesa, e até para realizar a troca destes cativos por prata peruana.

Diante desta constatação e após insistência de Salvador Correia de Sá e Benevides, Portugal apoiou a retomada do território perdido e sob alegação de que prestaria socorro aos moradores sob o domínio da rainha Jinga, Salvador chega a Luanda em 1648, mesmo ano em que os holandeses se rendem.

Esta “[...]vitória obtida na África Central desestabilizou o adversário, obrigando-o a recuar em todas as frentes do Atlântico Sul.”⁸⁹ A derrota holandesa enfraquece a WIC, abalando seus lucros e debilitando o sustento do Brasil, desestimulando os ânimos favoráveis a manutenção do território brasileiro.

Capítulo 3 - Tomada de posições

*[...]quando parte das tribos se bandeia para o lado dos invasores, o franciscano Manuel Calado chega a escrever que os holandeses só se seguravam na América portuguesa por causa dos índios aliados, “porque só nos índios têm eles a sua guedelha de Sansão.”*⁹⁰

Os índios aliados dos portugueses

Como um importante aliado português no período da invasão holandesa figura Dom Antônio Felipe Camarão, chefe de uma aldeia Tupi de etnia Potiguar. Segundo Frei Manoel Calado, essa aliança se dá quando Camarão se oferece para cooperar com o General Matias de Albuquerque em sua empreitada contra o inimigo⁹¹.

Camarão e seus homens, juntamente com o contingente de Henrique Dias, são responsáveis por iniciarem, em 1645, o levante contra o invasor holandês que acarretaria em uma série de desdobramentos que também foram responsáveis pela expulsão dos holandeses em 1654.

Segundo Frei Manuel Calado, Felipe Camarão: “[...]tanto mal fez ao inimigo, que sonhava com ele de sobressalto; fazia-lhe emboscadas de consideração, e dava-lhe

⁸⁹ ALENCASTRO, 2000, op. cit., p. 231.

⁹⁰ VIEIRA apud ALENCASTRO, 2000, op. cit., p.124.

⁹¹ CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 5ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

venturosos assaltos[...] este índio foi o mais leal soldado que El-Rei teve nesta guerra, porque sempre acompanhou aos portugueses com sua gente em todos os trabalhos e fadigas[...]”⁹²

Neste caso há muitas razões nas quais possa se fundamentar esta aliança. Provavelmente a lealdade demonstrada por estes Potiguares fosse reconhecida pelos portugueses por meio de ofertas generosas. Mas também é possível que além das ofertas tenha havido um processo de identificação maior para com os portugueses e de estranhamento para com os neerlandeses, talvez causado pelo efeito da catequização que fez com que os indígenas olhassem negativamente o holandês *herege*. Ou até mesmo pelo reconhecimento do neerlandês como invasor, enquanto já havia maior familiaridade para com os portugueses.

A partir da interpretação de Pierre Clastres acerca das sociedades indígenas e sua chefia, é possível apontar supostas razões que fundamentem a associação entre tupis e portugueses. Partindo do fato de que os tupis foram os povos com os quais os portugueses fizeram o primeiro contato, ainda inundados por um sentimento de encantamento e em uma fase em que buscavam apenas reconhecer o local e realizar escambo, esta relação em certo sentido *amistosa*, associada a densidade populacional tupi que estava estreitamente conectada ao aumento da autoridade desses chefes, possibilitaram a composição de alianças a partir do convencimento dos chefes tupis, por meio de presentes e outros agradados, que convenceriam a sociedade a qual comandavam a colaborar com o invasor português.

Os índios aliados dos holandeses

Logo que os tapuias souberam, do fundo da mata em que habitavam, que os portugueses conflagraram o país, cerca de quinhentos dos mais determinados, comandados pelo alemão Jacó Rabbi, que lhes servia de capitão, dirigiram-se rapidamente para Cunhaú[...]. encontraram num domingo de manhã os habitantes reunidos para ouvir a missa, massacraram-nos todos, em número de sessenta a oitenta pessoas, comeram seus cadáveres e pilharam as casas das vizinhanças.⁹³

⁹² Ibid., p. 45.

⁹³ MOREAU, 1979, op. cit., p. 44.

Os maiores aliados dos holandeses foram os autóctones da etnia Tarairiu que estavam divididos em duas tribos, uma chefiada por Janduí e outra chefiada por Carcará⁹⁴. Segundo Luís da Câmara Cascudo as negociações com os Cariris são iniciadas em 1631, por intermédio de Pedro Poti, primo de Camarão, porém aliado dos neerlandeses, também suspeita-se que o *mulato* Calabar tenha cooperado para esta aliança.

Apesar do ódio que os Tapuias cultivavam pelos portugueses as alianças não eram gratuitas e eram realizadas, e mantidas por meio da garantia de liberdade, por vezes impossibilitada pela presença portuguesa, já que “Os holandeses[...] para garantir as afeições e a amizade de todos os brasileiros e tapuias que os portugueses escravizavam, tornaram pública a proibição de retê-los ou cativá-los, sob pena de morte[...]”⁹⁵. As alianças também se baseavam na oferta contínua de bens e víveres, como explicitado por Roulox Baro⁹⁶.

Neste caso a aliança entre cariris e holandeses também se sustentou por meio de um elo muito importante exercido pela figura de Jacob Rabbi, um judeu alemão enviado aos Tarairius para estreitar laços e que acabou se tornando uma importante liderança para esses indígenas, sendo muito respeitado, e chefiando grandes vitórias, saques e batalhas sanguinolentas. Rabbi era considerado tão sanguinário quanto os Cariris, fez grande fortuna à frente das batalhas e chocou a todos pela crueldade de seus atos. Em conversa com Roulox Baro, o próprio Janduí expressa admiração pela conduta de Rabbi: “Este Jacó tivera maior poder sobre os seus do que eu, porque fazia-se temer dos habitantes, ao passo que eu os temia.”

É bem provável que o sucesso do Brasil holandês não tivesse sido possível sem a cooperação destes soldados indígenas que com sua força física e conhecimento da terra alcançaram grandes vitórias, e promoveram brava resistência aos portugueses. Porém, o assassinato de Jacob Rabbi estremeceu essa aliança, pois, alegando ausência de autoridade, os magistrados negaram-se a entregar aos Tapuias o algoz de Rabbi, Joris Garstman⁹⁷, para que estes fizessem justiça com suas próprias mãos. Para contornar a situação e evitar mal-estar com seus aliados, os neerlandeses se comprometeram a punir

⁹⁴ CASCUDO, 1955, op. cit., p. 41.

⁹⁵ MOREAU, 1979, op. cit., p. 25.

⁹⁶ BARO, 1979, op. cit.

⁹⁷ Há duas motivações possíveis para o engendramento do assassinato de Jacob Rabbi por Joris Garstman. A primeira seria vingança pela morte de seu sogro, a qual seria de autoria de Rabbi. A segunda seria a cobiça de Garstman pela riqueza de Rabbi, fruto de pilhagens, a qual Garstman conhecia o esconderijo e teria o matado para tomar posse dela. MOREAU, 1979, op. cit., p. 63.

severamente o executor deste crime. Como consequência Garstman e seu cúmplice, Jacques Boulan, tiveram seus bens e soldos confiscados, “[...]foram demitidos de seus cargos, banidos do Brasil e reenviados à Holanda como *schelmes*, isto é, como pessoas indignas.”⁹⁸ No entanto, a punição não lhes pareceu suficiente e

[...] a maior parte dos tapuias e brasileiros, que sempre tinham sido aliados dos holandeses e combatido a seu serviço, os haviam abandonado e adotado o partidos de seus inimigos, por ódio àquilo que Joris Garstman, general da milícia, fizera seis meses antes, mandando matar o alemão Jacó Rabbi; este homem intrépido de tal forma se adaptara a estes selvagens em seus costumes e modo de viver, que se tornara como se fosse um deles, e estes de tal modo a eles se afeiçoaram, que o fizeram um de seus principais capitães.⁹⁹

Após este incidente os Tapuias se dividiram entre os seguidores de Janduí, que se mantiveram alinhados aos holandeses, e os revoltosos, que se bandearam para o lado português:

Os tapuias e brasileiros dissidentes de Janduí deixaram o partido holandês e adotaram o dos portugueses, não só devido à morte de Jacó Rabbi, como porque não lhes haviam querido entregar Garstman. Fizeram uma incursão no Ceará, onde mataram e massacraram todos os habitantes holandeses do interior e solicitaram instantemente a Janduí, rei de sua nação, que se unisse a eles e socorresse os portugueses, mandando-lhe pequenos presentes a fim de melhor convencê-lo. Este respondeu-lhes, entretanto, que preferia guerreá-los a consentir e aprovar sua má ação no Ceará.¹⁰⁰

Tal divisão provoca grande enfraquecimento da defesa holandesa e configura um apoio considerável para os portugueses.

É neste período, 1647, que os holandeses enviam Roulox Baro, intérprete e embaixador, à nação de Janduí para fortalecer os laços de amizade e evitar que ele fosse convencido a apoiar os portugueses, agravando ainda mais a situação calamitosa vivida pelos holandeses devido à grande perda de territórios, insuficiente número de soldados, miséria da população, inúmeras baixas e debilidade da Companhia.

Retomando a compreensão de Clastres a respeito da organização *política* das sociedades indígenas pode se compreender a aversão tapuia em relação aos portugueses

⁹⁸ MOREAU, 1979, op. cit., p. 64.

⁹⁹ Ibid., p. 63.

¹⁰⁰ MOREAU, 1979, op. cit., p. 66.

e sua associação aos holandeses. Visto que os tapuias mantiveram contato com os portugueses em uma segunda situação, onde os invasores já buscavam estabelecer ali uma colônia e procuravam para isso mão-de-obra, de preferência escrava, e que para isso passaram a demonizar os tapuias para utilizarem do artifício de guerra justa para subjugar estes indígenas e viabilizar seus empreendimentos. Esta relação de escravidão e conflito gera ressentimentos profundos nesta relação tapuias-portugueses. Além disso, a associação com os holandeses também é uma resposta tapuia contra a tirania exercida pelos portugueses, que possuíam um sistema organizacional e comportamental baseado na autoridade e poder coercitivo, situação a qual os tapuias não estavam habituados, e tinham completa aversão. Logo, os tapuias viram nesta aliança com o invasor holandês a única possibilidade para a manutenção de suas liberdades.

O grande poder e autoridade de Janduí também podem encontrar explicação nas interpretações de Pierre Clastres, pois como estes tapuias viviam em conflito frequente contra os portugueses, ou seja, estavam em período de guerra, a figura do chefe nesta situação estava munida de uma autoridade excepcional, o que possibilitou essa grande influência de Janduí e até mesmo a de Jacob Rabbi.

Posicionamento indígena: ausência de livre-arbítrio e busca por sobrevivência

Desde a invasão portuguesa as populações autóctones tomaram diversas posições em busca de sobrevivência, conservação de sua liberdade, manutenção de seus costumes e modos de vida. Alguns indígenas de etnia tupi buscaram se aliar, enquanto os tapuias tentaram se rebelar, por exemplo. Essas posições se confundem com livre-arbítrio quando aparentemente essas etnias se posicionam a favor ou contra um dos invasores, porém estes posicionamentos são estratégias de sobrevivência, onde determinadas situações permitem barganha, garantia de liberdades e alguns *privilégios*.

É interessante perceber que a busca pela legitimidade da posse do território brasileiro disputada por espanhóis, holandeses e portugueses ignoram completamente a existência dos *naturais* da terra como indivíduos com direito sobre o território que, a propósito, continuam sendo massacrados e ignorados em terras brasileiras atualmente no que se refere a propriedade.

A razão de que se servia o Rei de Portugal, depois de havê-los traído covardemente, para vangloriar-se de ser o verdadeiro senhor do Brasil, ou seja, o de tê-lo descoberto, e de sua nação não ter tido nenhum conflito com eles,

era pura e simplesmente uma chicana. Pela mesma lei, deveria ele totalmente desistir de dominar aquele país e deixá-lo livre aos brasileiros e tapuias, que eram os seus possuidores originários, naturais e legítimos, sendo esta a sua pátria, do mesmo modo que Portugal era a dos portugueses. Que direito, pois, tinham tido de se apossar de suas terras, escravizar suas pessoas e massacrar tantas daquelas pobres criaturas que jamais os haviam conhecido nem desfeitoado?¹⁰¹

¹⁰¹ MOREAU, 1979, op. cit., p. 81.

Conclusão

Este trabalho foi escrito com o objetivo de notabilizar a presença indígena em meio aos conflitos coloniais, focalizando o peso de seu apoio no traçar do caminho de vitória ou de derrota dos invasores. Este trabalho também foi concebido para trazer à tona a participação indígena nos acontecimentos que se deram durante a invasão holandesa, tentando assim apresentar o indígena como agente histórico e não como objeto.

Admito que estas páginas são abundantemente insuficientes para dar voz a um protagonista tão importante para a história do Brasil, concordo que acerca deste objeto cabem ainda inúmeras pesquisas e aprofundamento, mas acredito que este trabalho seja um passo positivo que vai de encontro a revelação destes indivíduos como protagonistas na história. Lamento e reconheço que tive dificuldades no que se refere aos etnônimos dos povos retratados, devido à sua multiplicidade e falta de clareza das próprias fontes.

Além de tudo sinto-me grata pelo conhecimento trazido por este estudo e percebo que a história indígena nada mais é do que uma busca por um conhecimento de si próprio, da nossa história, dos nossos ascendentes, das nossas desigualdades e um apoio na compreensão da multiplicidade que nos compõe.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trado dos Viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. 6ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BAERS, João. **Olinda Conquistada**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.
- CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 5ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2003.
- FILHO, Olavo de Medeiros. **Os Tarairiús, Extintos Tapuias do Nordeste**. Rio Grande do Norte: Fundação Ozelita Cascudo Rodrigues, 1988.
- FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial: 1443-1580**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial: 1580-1720**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.
- HERCKMANS, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**. João Pessoa: União, 1911.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil**: Volume 1. Capivara Editora, 2015.
- MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. **História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.
- SÁNCHEZ, Manuel Herrero. **La quiebra del Sistema Hispano-Genoves (1627-1700)**. 219ª edição. Espanha: Hispania, 2005.
- WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**: Um capítulo da história colonial do século XVII. 3ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, Andressa Ferreira Gomes, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado O papel das penas indígenas durante a invasão holandesa, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 08 de dezembro de 2017

Andressa Ferreira Gomes
Assinatura